

4. DEPOSITO DE SUPRIMENTO

Termo de Referência 42/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2026	160120-4. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	LEONARDO RUBIRA PIRES	25/05/2026 16:16 (v 0.12)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	79/2026	EB: 64451.000138 /2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços para manutenção de câmaras frigoríficas, visando atender as necessidades do 4º Depósito de Suprimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no ANEXO A deste Termo de Referência.

ITEM	OBJETO	Unid Medida	Qtde Máx	Val. Unit	Val. Total
1	Manutenção preventiva de câmara frigorifica compreendendo a limpeza do sistema na parte evaporadora e condensadora, lubrificação dos moto ventiladores, medição das pressões de descarga e sucção, vistoria do sistema elétrico com medições de suas amperagens e voltagens, limpeza dos condensadores com desengraxante apropriado para o sistema, manutenção e desentupimento dos dutos e encanamento do sistema de drenagem, verificação e correção de vazamento de óleo e gás, verificação do funcionamento dos evaporadores, disjuntor, contactor e resistência, arcando com todo material necessário para realizar o serviço. Emitir laudo técnico após cada visita técnica preventiva.	Sv	240	R\$ 1.971,66	R\$ 473.198,40
2	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de filtro secador roscado 3/8"	SV	20	R\$ 268,33	R\$ 5.366,60
3	Serviço de manutenção corretiva substituição com fornecimento de filtro secador roscado 1/2"	Sv	50	R\$ 286,00	R\$ 14.300,00
4	Serviço de manutenção corretiva substituição com fornecimento de filtro secador roscado 5/8"	Sv	20	R\$ 303,33	R\$ 6.066,60
	Serviço de manutenção corretiva com substituição com			R\$	

5	fornecimento de separador de óleo 3/8" hermético, soldado	Sv	20	699,00	R\$ 13.980,00
6	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de óleo 1/2" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 732,33	R\$ 14.646,60
7	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de óleo 5/8" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 796,66	R\$ 15.933,20
8	Serviço de Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de líquido 5/8" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 610,00	R\$ 12.200,00
9	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de líquido 3/4" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 635,00	R\$ 12.700,00
10	Serviço de Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de líquido 7/8" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 705,00	R\$ 14.100,00
11	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de separador de líquido 1" hermético, soldado	Sv	20	R\$ 741,66	R\$ 14.833,20
12	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Contactora tripolar 32A	Sv	40	R\$ 160,00	R\$ 6.400,00
13	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Contactora tripolar 25A	SV	40	R\$ 152,00	R\$ 6.080,00
14	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Contactora tripolar 18A	Sv	40	R\$ 118,33	R\$ 4.733,20
15	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Contactora tripolar 6A	Sv	40	R\$ 103,33	R\$ 4.133,20
16	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de relé de sobrecarga programável 1NA 1 NF 23-32A	Sv	50	R\$ 333,33	R\$ 16.666,50
17	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de evaporadora com resistência de 4 ventiladores, Trineva 441 ou si-milar.	Sv	4	R\$ 7.566,66	R\$ 30.266,64
18	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de resistência para evaporador de 4 ventiladores, Trineva 441 ou similar.	Sv	40	R\$ 403,33	R\$ 16.133,20
19	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de resistência para dreno de 4,0M	Sv	40	R\$ 311,00	R\$ 12.440,00
20	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de resistência para dreno de 6,0M	Sv	40	R\$ 400,00	R\$ 16.000,00
21	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de resistência para dreno de 10,0M	Sv	40	R\$ 506,66	R\$ 20.266,40
22	Serviço de manutenção corretiva com recarga de gás R404 A, com fornecimento	Sv	160	R\$ 286,00	R\$ 45.760,00
23	Serviço de manutenção corretiva com recarga de gás R22, com fornecimento	Sv	60	R\$ 179,00	R\$ 10.740,00
24	Serviço de manutenção corretiva com Substituição do pressostato da condensadora com fornecimento de material	SV	40	R\$ 1.406,66	R\$ 56.266,40

25	Serviço de manutenção corretiva com substituição do relé de proteção, arcando com todo material necessário para realizar o serviço	Sv	60	R\$ 365,66	R\$ 21.939,60
26	Serviço de manutenção corretiva com substituição alternador 90-120amp, arcando com todo material necessário para realizar o serviço.	Sv	40	R\$ 3.666,66	R\$ 146.666,40
27	Serviço de manutenção corretiva com Substituição de termostato 71c, arcando com todo material necessário para realizar o serviço.	Sv	50	R\$ 286,00	R\$ 14.300,00
28	Serviço de manutenção corretiva com de substituição com fornecimento de óleo mineral ISO VG 32, com fornecimento	Sv	60	R\$ 439,66	R\$ 26.379,60
29	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de compressor Danfoss MT64	Sv	20	R\$ 16.033,33	R\$ 320.666,60
30	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de compressor TAG 2516	Sv	20	R\$ 14.074,00	R\$ 281.480,00
31	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de compressor TAG 2522	Sv	20	R\$ 18.033,33	R\$ 360.666,60
32	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de compressor TAG 2522	Sv	20	R\$ 18.033,33	R\$ 360.666,60
33	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de unidade cond. Danfoss OP-HJZ064D R404A 3F 220V	Sv	20	R\$ 22.050,00	R\$ 441.000,00
34	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de ventilador para condensadora 450MM 2F 220V	Sv	20	R\$ 1.203,33	R\$ 24.066,60
35	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de ventilador para condensadora 500MM 2F 220V	SV	20	R\$ 1.407,33	R\$ 28.146,60
36	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de micro ventilador Ø10" para evaporadora	Sv	32	R\$ 301,66	R\$ 9.653,12
37	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porta de correr, Largura de 1,5M; Altura 2,5M, para congelados	Sv	4	R\$ 17.475,00	R\$ 69.900,00
38	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porta de correr, Largura de 1,5M; Altura 2,5M, para Resfriados	Sv	4	R\$ 40.883,33	R\$ 163.533,32
39	Serviço de manutenção corretiva com instalação com fornecimento Porta Para Câmara de Congelado 1,80 X 0,80 Congelados Fechadura com Chave, e abertura de emergência interna.	Sv	4	R\$ 19.040,66	R\$ 76.162,64
40	Serviço de manutenção corretiva com instalação com fornecimento Porta Para Câmara de resfriamento 1,80 X 0,80 Congelados Fechadura com Chave, e abertura de emergência interna.	Sv	4	R\$ 8.066,66	R\$ 32.266,64
41	Serviço de manutenção corretiva com Substituição dos trilhos, roldanas, trincos, borrachas, e fechaduras da porta, arcando com todo mate-rial necessário para realizar o serviço.	Sv	30	R\$ 1.810,00	R\$ 54.300,00

42	<p>Serviço de manutenção corretiva com Fornecimento de painel de controle, individualizado por unidade condensadora para câmaras de pro-utos congelados, painel em chapa de aço 600 x 400 x 200, com chave, contendo os seguintes componentes controlador TC900 Log clock 115/230 V, Contactora para compressor 32A com relé de sobre-carga programável 1NA 1NF, relé de falta de fase 380V com regulagem 1NA 1NF, Contactora 25A para resistências, contactora 12A para evaporadora, contactora 6A para iluminação, disjuntor tripolar C50A, indicadores luminosos (Azul - Congelamento, Verde - Ventilação, Vermelho - Degelo, Amarelo - falha na Alimentação), indicador vermelho com buzzer para alarme de sobrecarga no compressor, botão liga e desliga com chave para desligamento da solenoide, todas entra-das e saídas de cabos devem ser por meio de pressa cabo. Cabos inclusos; cabos de alimentação compressor, cabinho 3 x 6mm preto - 60M, cabinho 1 x 6mm brasileiro 20M, cabo alimentação resistências, cabinho 3 x 4mm vermelho - 45M; cabo alimentação evaporadora, ca-binho 2 x 4mm preto - 30M; cabo aterramento evaporadora, 1 x 4mm brasileiro - 15M, cabo para sensores, Cabo Shieldado Blindado 4x0,75 - 15 Metros, cabo para sensor da porta, cabo PP 2 x 1,00 - 50 Metros, incluso sensor para a porta aberta fim de curso plástico NA+NF acionamento por Roldana. Com a abertura da porta deve ser desligado os ventiladores das evaporadoras, desligada a solenoide e li-gado a iluminação automaticamente. Pannel deve acompanhar dia-grama elétrico, todos os cabos devem ser anilhados, interligação dos cabos deve ser feito por meio de borneiras.</p>	Sv	20	R\$ 6.901,66	R\$ 138.033,20
43	<p>Serviço de manutenção corretiva fornecimento de painel de controle, individualizado por unidade condensadora para câmaras de produtos resfriados, painel em chapa de aço 600 x 400 x 200, com chave, con-tendo os seguintes componentes controlador MT512 Log clock 115/230 V, Contactora para compressor 32A com relé de sobrecarga programavel 1NA 1 NF, relé de falta de fase 380V com regulagem 1NA 1NF, Contactora 25A para resistências, contactora 12A para evaporadora, contactora 6A para iluminação, disjuntor tripolar C50A, indicadores luminosos (Azul - Congelamento, Verde - Ventilação, Vermelho - Degelo, Amarelo - falha na Alimentação), indicador vermelho com buzzer para alarme de sobrecarga, botão liga e desliga com chave para desligamento da solenoide, todas entradas e saidas de cabos devem ser por meio de pressa cabo. Cabos inclusos; cabos de alimentação compressor, cabinho 3 x 6mm preto - 60M, cabinho 1 x 6mm brasileiro 20M, cabo alimentação evaporadora, cabinho 2 x 4mm preto - 30M; cabo aterramento evaporadora, 1 x 4mm brasileiro - 15M, cabo para sensores, Cabo Shieldado Blindado 2x0,75 - 15 Metros, cabo para sensor da porta, cabo PP 2 x 1,00 - 50 Metros, incluso sen-sor para a porta aberta fim de curso plastico NA+NF acionamento por Roldana. Com a abertura da porta deve ser</p>	Sv	4	R\$ 6.901,66	R\$ 27.606,64

	desligado os ventiladores das evaporadoras, desligada a solenoide e ligado a iluminação automaticamente. Painel deve acompanhar diagrama elétrico, todos os cabos devem ser anilhados, interligação dos cabos deve ser feito por meio de borneiras.				
44	Serviço de manutenção corretiva com fornecimento de painel de potência, painel em chapa de aço 1200 x 800 x 400, com chave, con-tendo os seguintes componentes controlador PHASELOG clock 115/230 V, disjuntor principal tripolar C300A caixa moldada, 8 disjuntores tripolar de 50A indicadores, barramento isolado, chapa de proteção em acrílico, Indicador vermelho com buzzer para alarme de falta de fase, subtensão o sobre tensão, todas entradas e saídas de cabos devem ser por meio de prensa cabo. Painel deve acompanhar dia-grama elétrico, todos os cabos devem ser anilhados.	Sv	4	R\$ 12.435,00	R\$ 49.740,00
45	Serviço de manutenção corretiva com Fornecimento de painel de monitoramento, painel em chapa de aço 600 x 400 x 200, com chave, contendo os seguintes componentes; Nobrake 3200VA, Sitrad InBox, Modem 4G para comunicação, disjuntor principal bipolar C10A, cabeamento para comunicação cabo Cabo Shieldado Blindado 2x0,75 - 600 M. todas entradas e saidas de cabos devem ser por meio de prensa cabo. Painel deve acompanhar diagrama elétrico, todos os cabos devem ser anilhados.	Sv	4	R\$ 25.555,66	R\$ 102.222,64
46	Serviço de manutenção corretiva com Fornecimento de painel de se-gurança, painel em chapa de aço 600 x 400 x 200, com chave, con-tendo os seguintes componentes; Nobreak 3200VA, sirene de alarme, 10 indicadores luminosos (Vermelho - Alarme interno de militar dentro da frigorífica), 10 Iluminação de indicação de saída de emergência, 20 botões de emergência, sendo 2 por câmara, cabeamento para ali-mentação cabo PP 3 x 1,00 - 600 M. Painel deve acompanhar dia-grama elétrico, todos os cabos devem ser anilhados.	SV	4	R\$ 25.555,66	R\$ 102.222,64
47	Serviço de manutenção corretiva com instalação de luminária em câmara frigorífica, Luminária 25w Led Tartaruga Arandela Sobrepor Bi-volt Ip65, Incluso 30 Metros de Cabo PP 2 X 0,75mm	Sv	40	R\$ 276,66	R\$ 11.066,40

48	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento óleo Polyolester ISO VG 32, com fornecimento	Sv	160	R\$ 406,00	R\$ 64.960,00
49	Serviço de substituição com fornecimento de óleo mineral ISO VG 32, com fornecimento	SV	50	R\$ 178,00	R\$ 8.900,00
50	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 3/8" Rígido - Sem Isolamento	Sv	60	R\$ 177,00	R\$ 10.620,00
51	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 1/2" Rígido - Sem Isolamento	Sv	60	R\$ 186,00	R\$ 11.160,00
52	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 5/8" rígido - Sem Isolamento	Sv	60	R\$ 191,66	R\$ 11.499,60
53	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 1/2" rígido - Com Isolamento Elastomérico Parede 32MM	Sv	60	R\$ 274,66	R\$ 16.479,60
54	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 5/8" rígido - Com Isolamento Elastomérico Parede 32MM	Sv	60	R\$ 286,00	R\$ 17.160,00
55	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 3/4" rígido - Com Isolamento Elastomérico Parede 32MM	Sv	60	R\$ 326,66	R\$ 19.599,60
56	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 7/8" rígido - Com Isolamento Elastomérico Parede 32MM	Sv	60	R\$ 354,66	R\$ 21.279,60
57	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo de cobre 1" rígido - Com Isolamento Elastomérico Parede 32MM	Sv	60	R\$ 392,33	R\$ 23.539,80
58	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Curva de cobre 3/8", solda inclusa.	SV	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
59	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Curva de cobre 1/2", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
60	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Curva de cobre 5/8", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
61	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Curva de cobre 3/4", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
62	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Curva de cobre 7/8", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
63	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva de cobre 3/8", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
64	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva de cobre 1/2", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40
65	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva de cobre 5/8", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 44,66	R\$ 1.786,40

66	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva de cobre 3/4", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 59,66	R\$ 2.386,40
67	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva de cobre 7/8", solda inclusa.	Sv	40	R\$ 59,66	R\$ 2.386,40
68	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porca de cobre 3/8"	Sv	40	R\$ 21,66	R\$ 866,40
69	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porca de cobre 1/2"	SV	40	R\$ 22,33	R\$ 893,20
70	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porca de cobre 5/8"	Sv	40	R\$ 25,66	R\$ 1.026,40
71	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porca de cobre 3/4"	Sv	40	R\$ 30,66	R\$ 1.226,40
72	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de porca de cobre 7/8"	Sv	40	R\$ 34,33	R\$ 1.373,20
73	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula Serviço 3/8" Sucção/Descarga Rotalock	Sv	12	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
74	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula Serviço 1/2" Sucção/Descarga Rotalock	Sv	12	R\$ 346,66	R\$ 4.159,92
75	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula Serviço 5/8" Sucção/Descarga Rotalock	Sv	12	R\$ 401,00	R\$ 4.812,00
76	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula Serviço 3/4" Sucção/Descarga Rotalock	Sv	12	R\$ 423,66	R\$ 5.083,92
77	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula Serviço 7/8" Sucção/Descarga Rotalock	Sv	12	R\$ 523,33	R\$ 6.279,96
78	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula de esfera de cobre 3/8" soldada	Sv	12	R\$ 310,00	R\$ 3.720,00
79	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula de esfera de cobre 1/2" soldada	Sv	12	R\$ 338,33	R\$ 4.059,96
80	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de valvula de esfera de cobre 5/8" soldada	SV	12	R\$ 389,66	R\$ 4.675,92
81	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de valvula de esfera de cobre 3/4" soldada	Sv	12	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
82	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de valvula de esfera de cobre 7/8" soldada	Sv	12	R\$ 478,33	R\$ 5.739,96
83	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de valvula solenoide 3/8" Rosca	Sv	16	R\$ 1.274,00	R\$ 20.384,00
84	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de valvula solenoide 1/2" Rosca	Sv	16	R\$ 1.563,33	R\$ 25.013,28
85	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de bobina da valvula solenoide 3/8" Rosca	Sv	16	R\$ 869,66	R\$ 13.914,56

86	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de bobina da válvula solenoide 1/2" Rosca	Sv	16	R\$ 936,66	R\$ 14.986,56
87	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula de expansão com equalização externa 1/2" x 5/8" - R22 - R402B	Sv	10	R\$ 1.163,33	R\$ 11.633,30
88	Serviço de manutenção corretiva com manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Válvula de expansão com equalização externa 1/2" x 5/8" - R404A	Sv	10	R\$ 1.163,33	R\$ 11.633,30
89	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula de expansão com equalização externa 5/8" x 7/8" - R22 - R402B	Sv	10	R\$ 1.486,66	R\$ 14.866,60
90	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de válvula de expansão com equalização externa 5/8" x 7/8" - R404A	Sv	10	R\$ 1.486,66	R\$ 14.866,60
91	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de orifício 02	SV	10	R\$ 176,33	R\$ 1.763,30
92	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de orifício 03	Sv	10	R\$ 176,33	R\$ 1.763,30
93	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de orifício 04	Sv	10	R\$ 176,33	R\$ 1.763,30
94	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de orifício 05	Sv	10	R\$ 176,33	R\$ 1.763,30
95	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de orifício 06	Sv	10	R\$ 176,33	R\$ 1.763,30
96	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de Cabino 2,5mm, diversas cores	Sv	1000	R\$ 19,00	R\$ 19.000,00
97	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de Cabino 4,0mm, diversas cores	Sv	1000	R\$ 21,33	R\$ 21.330,00
98	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de Cabino 6,0mm, diversas cores	Sv	1000	R\$ 25,00	R\$ 25.000,00
99	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de Cabino 10,0mm, diversas cores	Sv	1000	R\$ 26,33	R\$ 26.330,00
100	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de cabo PP 2 x 1,00	Sv	1000	R\$ 26,33	R\$ 26.330,00
101	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de cabo Shieldado Blindado 4x0,75	Sv	400	R\$ 30,66	R\$ 12.264,00
102	Serviço de manutenção corretiva com passagem com fornecimento de cabo Shieldado Blindado 2x0,75	Sv	400	R\$ 26,33	R\$ 10.532,00
103	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de tubo PVC marrom para dreno 32MM	Sv	40	R\$ 55,00	R\$ 2.200,00
104	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de curva PVC marrom para dreno 32MM	Sv	40	R\$ 34,00	R\$ 1.360,00
105	Serviço de manutenção corretiva com substituição com fornecimento de Luva com Rosca 1.1/2" PVC marrom para dreno 32MM	Sv	20	R\$ 30,66	R\$ 613,20



	TOTAL	R\$
		4.264.389,32

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3.O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a sua interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência de 12 meses mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 Para o ITEM 01 os padrões mínimos a serem considerados como manutenção preventiva serão:

1.4.1 Manutenção preventiva

1.4.1.1 A manutenção preventiva consiste na realização periódica e programada de serviços destinados a preservar o desempenho dos equipamentos, por meio de inspeções, ajustes, testes operacionais e substituição de peças com desgaste natural. Inclui, entre outros:

- Verificação de pressões e temperaturas do ciclo frigorífico
- Limpeza e desobstrução de serpentinas, condensadores e evaporadores
- Testes dos sistemas elétricos, eletrônicos e de automação
- Ajustes de controladores, termostatos e sensores
- Verificação de estanqueidade e níveis de fluido refrigerante
- Inspeção de portas, borrachas de vedação e componentes mecânicos

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2 A presente contratação segue e esta conforme o **Plano Diretor de Logística sustentável**

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual para o ano de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000011/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 03/04/2025
- III) Id do item no PCA: 2
- IV) Classe/Grupo: 839
- V) Identificador da Futura Contratação: 79/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 3.2 Objetivo:

3.2.1. Contratação de empresa para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva das câmaras frigoríficas do 4o Depósito de Suprimento por meio do sistema de registro de preços.

3.2.2. A partir de buscas nos sistemas de compras do Governo Federal, as informações para esse tipo de contratação foram obtidas e serviram de base para as análises, e também a leitura e respeito aos manuais dos equipamentos instalados para consequente elaboração da solução .

3.2.3. Pretende-se, com a adoção das melhores práticas dos modelos estudos a melhor forma possível de contrato para atender as necessidades da Administração, quais sejam:

3.2.3.1. - Especificação das rotinas de manutenção preventiva : para se ter uma obrigação objetiva que se possa avaliar e mensurar para pagamento, de acordo com os manuais dos equipamentos e boas práticas de termos de referências desse tipo de contratação

3.2.3.2 - Custos de serviços, peças/materiais de manutenção preventiva e de Chamados incluídos na mensalidade (item 1) : a partir de defeitos diagnosticados e alarmes, nas mensalidades das rotinas de manutenção preventiva, visto ser uma obrigação permanente da empresa perante a Contratante.

3.2.3.3 - Custos de serviços e materiais/peças expostos em "1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO", Item **2 a 105**, excluídos da mensalidade : a fim de tornar o modelo de contratação mais econômico, alocando custos, tornando-o menos complexo, adquirindo peças e contratando serviços de valores consideráveis a parte da mensalidade.

3.2.3.4. - Mensuração dos serviços realizados por meio de relatório.

#### 3.3 - Modelo Pretendido:

3.3.1. Os serviços de manutenção serão realizados de forma preventiva e corretiva, ambos com aplicação de peças, a cargo da contratada, quando necessário nas câmaras frigoríficas e seus equipamentos instalados.

3.3.2. A Contratada será responsável pelo fornecimento de insumos (filtros de óleo, óleo lubrificante, gás refrigerante), ferramental, equipamentos e peças de reposições necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

3.3.3. As manutenções preventivas abrangerão os procedimentos previstos na elaboração de um PMOC pela empresa contratada e é constituída de inspeção, controle, conservação e substituição de peças de acordo com as Rotinas Periódicas de Manutenção, Operação e Controle, com a finalidade de prever, detectar e corrigir possíveis defeitos, evitando falhas, mantendo as câmaras frigoríficas e seus respectivos equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

3.3.4. As manutenções corretivas do sistema de refrigeração e da estrutura serão realizadas atendendo às solicitações da Contratante (chamados) , quantas vezes forem necessárias sempre que for detectado algum mal funcionamento.

3.3.4.1. Os chamados urgentes devem ser atendidos em no **máximo 04 (quatro) horas a contar da solicitação.**

3.3.4.2. Os técnicos deverão se apresentar no 4ºD Sup devidamente uniformizados, portando crachá, fichas técnicas para as anotações das ocorrências e serviços executados, que deverão ser assinados pelo Fiscal do Contrato em 02 (duas) vias.

3.3.4.3. A Contratada deverá registrar a execução dos serviços de manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, contendo a descrição dos serviços realizados. Quando necessária autorização prévia da Administração, esta poderá ocorrer por qualquer meio formal de comunicação, inclusive

eletrônico. Em situações emergenciais ou fora do expediente administrativo, a execução poderá ser iniciada imediatamente, devendo a formalização e ratificação ocorrer posteriormente

3.3.4.4. A Contratada deverá apresentar um Relatório constando a descrição sumária do problema diagnosticado e dos serviços realizados contendo a identificação da câmara frigorífica e o respectivo equipamento.

3.3.4.5. Os serviços executados e as peças aplicadas terão a garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento do serviço pelo Fiscal de Contrato, caso a peça ou equipamento específico não tenha garantia específica.

### **3.4. Prescrições Diversas:**

3.4.1. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, previstas nas leis em vigor. Deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, presença de chamas e metais aquecidos, a utilização de produtos tóxicos ou explosivos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pessoas, bem como a legislação referente ao impacto ambiental.

3.4.2. A Contratada deverá exigir que todos os empregados usem os equipamentos de proteção individual previstos em legislação específica, tais como cintos, botas antiderrapantes, luvas, óculos de proteção, máscaras, protetores auriculares, abafadores de ruído, capacetes, se assim for necessário.

3.4.3. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nos dias úteis, de segunda a quinta-feira no horário de 09:00 às 16:30 horas.

3.4.4. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados mediante solicitação do Fiscal do Contrato.

3.4.5. A Contratada deverá empregar as peças a serem substituídas nas manutenções corretivas em até 6(seis) horas a contar do diagnóstico, ou do recebimento do empenho, quando for este o caso.

3.4.6. O Fiscal do Contrato examinará as peças a serem substituídas e receberá a peça defeituosa assim que o serviço for realizado.

3.4.7. **O fornecedor deve atender ao chamado de assistência emergencial em até 4 (quatro) horas, pois isso visa garantir a continuidade dos serviços essenciais e a adequada conservação de gêneros alimentícios frigorificados sensíveis à temperatura. O atendimento rápido, em pouco tempo do fornecedor, permite, especialmente em situações de pane, de emergência, minimizar o risco de perdas de produtos perecíveis e assegurar manutenção das condições ideais. Tal medida está alinhada ao princípio da eficiência, previsto no art.5º da referida Lei. Tal fator é essencial para preservar a segurança alimentar, saúde do efetivo militar e regularidade das atividades operacionais da Organização Militar.**

**A disponibilidade técnica em menor tempo favorece a manutenção preventiva e corretiva, aumentando a vida útil dos equipamentos, reduzindo paradas prolongadas e garantindo maior confiabilidade dos sistemas de refrigeração.**

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

### **Garantia da contratação**

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021 , no percentual de 5% do valor inicial do contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas e às sextas-feiras de 08:00 horas às 11:00.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Qualificação Técnica**

4.11. Quanto à qualificação técnica:

4.11.1. O LICITANTE deverá apresentar Certidão do Registro de Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho competente da categoria do profissional, em cuja jurisdição se encontre na sua sede;

4.11.2. O LICITANTE deverá apresentar a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objetivo da licitação será feita de seguinte forma:

4.11.3.1. Prova do LICITANTE de que possui/possuirá em seu quadro de profissionais 01 (um) ENGENHEIRO MECÂNICO, devidamente reconhecido pela unidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço similar ao objeto do Edital e seus anexos, em condições compatíveis de quantidades e prazos, de que já executou pelo menos 10% (por cento) das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação; devendo este profissional, constar no quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no item anterior ou apresentar RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validade pelo conselho competente, constando o nome do LICITANTE como CONTRATADA, a ser apresentada em momento contratual.

4.11.3.2. Comprovação de aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objetivo desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.11.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.11.3.2.1.1. Papel timbrado de quem está emitindo (empresa privada ou órgão público);

4.11.3.2.1.2. Assinatura do responsável da empresa pública ou privada emitente;

4.11.3.2.1.3. Dados completos da empresa privada ou pública que está emitindo: razão social, CNPJ, endereço;

4.11.3.2.1.4. Dados completos da sua empresa: razão social, CNPJ, endereço, telefone;

4.11.3.2.1.5. Quais foram os serviços que executou;

4.11.3.2.1.4. As quantidades, a duração e o período do contrato;

4.11.3.2.1.5. Se a empresa ficou satisfeita com a entrega dos produtos ou execução do serviço;

4.11.3.2.1.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Somente será(ão) aceitos atestado(s) expedido

(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

4.11.3.2.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES /MPDG n 5/2017.

4.11.3.2.1.8. No caso de pessoa jurídica de direito público , o (s) atestado (s) deverá (ão) ser assinado (s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado , o (s) atestado (s) deverá (ão) ser assinado (s) pelo representante legal.

4.11.3.2.1.9. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

4.11.3.2.1.10. Não será reconhecido e nem considerado válido o atestado ou declaração de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial do LICITANTE, sendo considerada como pertencente do mesmo grupo controlada por LICITANTE, a empresa controladora do LICITANTE ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e do LICITANTE.

4.11.3.2.1.11. DECLARAÇÃO de que possui/possuirá Técnico de refrigeração e Auxiliar de refrigeração , na área de sistema de refrigeração e climatização, devidamente reconhecido pela entidade competente e com certificação em cursos na área , ficando a documentação comprobatória da qualificação profissional, a ser apresentada e m momento contratual;

4.5.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

4.5.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.5.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. Os serviços deverão ser realizados nos locais indicados pela Contratante.

4.6. A contratada deverá fornecer os insumos para a execução dos serviços, dos quais estarão inclusos no valor das propostas, sem ônus para a contratante, entregando o local limpo e sem resíduos..

4.7. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, ,podendo por interesse da Administração, será prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração por até 10 (dez) anos, com base no artigo 106 e 107, da Lei14.133, de 2021. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e há a necessidade de que a contratação estenda-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

4.8. A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

#### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

##### Local e horário da prestação dos serviços

5.1.1. Local da prestação dos serviços: 4º Depósito de Suprimento, Travessa Dr Prisco, 140, centro, Juiz de Fora- MG;

5.1.2.1. Manutenção Preventiva: de segunda-feira à quinta-feira, de 08:00 à 12:00 e de 13:00 às 16:30, às sextas - feiras, de 08:00 à 12:00.

5.1.2.2. Manutenção Corretiva: Os chamados devem ser atendidos em no **máximo 04 (quatro) horas** a contar da solicitação via Ligação, Whatsapp (formalizados) e e-mail e deixar funcionário de sobreaviso para atendimento.

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em todos os equipamentos de refrigeração e climatização industriais que façam parte do patrimônio desta Organização Militar, e inclusive em novos equipamentos que porventura essa Organização Militar venha adquirir, durante a vigência do contrato;

5.1.2.4. A CONTRATADA manterá, em regime de sobreaviso, um funcionário com disponibilidade de atendimento em dias úteis no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, durante 24 horas, com fácil comunicação devidamente formalizada.

5.1.2.5. O serviço deverá ser executado por profissionais devidamente habilitados e/ou equipes especializada, abrangendo desde a instalação até a limpeza e entrega, com todas as instalações em perfeitas condições, sob orientação e responsabilidade técnica de um Engenheiro Mecânico especializado em refrigeração e climatização industrial com devido registro profissional;

5.1.2.6. O local da prestação do serviço deverá ser entregue perfeitamente limpo e livre de entulhos ou restos de materiais;

5.1.2.7. Os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva consistem na execução de serviços técnicos especializados, necessários e indispensáveis ao funcionamento regular e permanente de todos os sistemas de refrigeração e climatização industriais das unidades da CONTRATANTE;

5.1.2.8. **Executar os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva aos sábados, domingos e feriados, fora do horário de expediente normal da CONTRATANTE**, sempre que solicitado pela Administração, quando não for possível sua execução em dias úteis;

5.1.2.9. Providenciar durante a execução dos serviços, a adequada proteção das instalações e equipamentos existentes no local, de modo a garantir a integridade dos mesmos e protegê-los de eventuais danos quando as demolições, limpeza, desmontagens e/ou movimentações;

5.1.2.10. Prestar atendimento emergencial em qualquer horário e qualquer dia da semana, inclusive feriados, conforme solicitação de serviços que sejam imprescindíveis ao funcionamento da unidade ou prejudiquem o atendimento sob qualquer condição, sem ônus para a CONTRATANTE;

5.1.2.11. Fornecer a seus funcionários todo o ferramental necessário à execução dos serviços, bem como todos os aparelhos, produtos lubrificantes e de limpeza;

5.1.3. Início da execução do objeto : 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;

5.1.4. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.5. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Serão executados conforme demanda de Contratante, sem datas fixadas, uma vez que são serviços a serem inscritos em ata de registro de preços.

#### 5.2. Rotinas a serem cumpridas

##### 5.2.1. Cronograma de realização dos serviços:

5.2.2. O objeto da futura contratação se trata de execução de serviços de manutenção de câmaras frigoríficas por demanda, ou seja, os mesmos acontecem após um processo que, sinteticamente, se inicia com a abertura de uma ordem de serviço pelo 4º DSup, a qual tem sua procedência avaliada pela equipe competente. Em seguida, a empresa ganhadora do item é acionada e, levanta os quantitativos dos serviços a serem empenhados. Após a emissão da Nota de Empenho, será confeccionada a Ordem de Execução de Serviço, documento descritivo dos critérios de execução dos serviços, como a data de início e o prazo de execução, o qual deverá ser de 1 semana para manutenção preventiva e 4 (quatro) horas para manutenção corretiva emergencial a contar da assinatura da OES. Após a execução dos serviços a Administração, através dos responsáveis legais, fará os recebimentos provisório e definitivo nos termos do Art. 140 da Lei 14.133/2021 e a Contratada estará autorizada a emitir a Nota Fiscal de Serviços para a iniciação da fase de liquidação das despesas através do SILOMS (Sistema de Logística de Materiais e Serviços), com prazo de pagamento de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrada da nota no setor responsável.

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. A rotina de execução dos trabalhos deverá ser elaborada pela CONTRATADA em conjunto com a Fiscalização de acordo com as particularidades de cada serviço de modo a melhor atender a Administração proporcionando celeridade à execução, mas também segurança e o mínimo de transtornos aos permissionários que habitam os imóveis.

5.3.2. A empresa deve informar a identificação dos seus colaboradores que participarão diretamente da execução dos serviços. Eles cumprirão todas as exigências inerentes à entrada, acesso e permanência no quartel.

5.3.3. A empresa deverá, ao final de cada expediente, deixar o local de execução de serviço limpo, sem resíduos.

5.3.4. A Contratada deverá fornecer insumos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços, dos quais estarão inclusos no valor das propostas, sem ônus para a contratante.

5.3.5. O 4º Depósito de Suprimento não se responsabilizará por nenhum equipamento/ferramenta deixado no local de trabalho.

5.3.6. A segurança dos servidores será de inteira responsabilidade da Contratada, bem como a fiscalização e garantia do cumprimento da Norma Reguladora nº 6, estabelecida pela Portaria SIT nº 787, de novembro de 2018, que normatizam a execução de trabalho com o uso de equipamento de Proteção Individual (EPI).

5.3.7. A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.

5.3.8. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

5.3.8.1. não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

5.3.8.2. durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

5.3.8.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

5.3.8.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

5.3.8.5. é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento

das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

5.3.8.6. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A Contratada deverá prover todos os materiais como estopas, querosene, material de limpeza, graxa, detergentes, gás refrigerante, filtros e óleos lubrificantes, soldas, entre outros necessários.

5.4.2. A Contratada deverá prover todos os equipamentos tais como medidores de corrente elétrica, medidores de carga de gás, entre outros, para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva descritos no Termo de Referência e seus anexos.

5.4.3. As peças/materiais a serem empregados nos serviços de manutenção preventiva/corretiva deverão ser todos originais/genuínos ou com a mesma especificações técnicas e padrões de qualidade destes, novos, recomendados ou autorizados pelo fabricante, não podendo a Contratada valer-se, em hipótese alguma, de peças/materiais reconicionados ou recuperados, salvo situações de falta no mercado devidamente justificado pela Contratada e autorizado pelo Fiscal do Contrato.

5.4.5. A Contratada deverá apresentar previamente ao Fiscal do Contrato todas as peças/materiais que serão empregados no serviço. O não cumprimento deste item poderá redundar em desmanche e nova execução do serviço realizado.

5.4.6. O Fiscal do Contrato examinará as peças/materiais recebidos no local do serviço antes da sua utilização e receberá a peça defeituosa assim que o serviço for realizado.

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. O 4º Depósito de Suprimento é o Órgão Provedor da 4ª RM/1ª DE e possui os encargos de analisar, armazenar, controlar e distribuir materiais, das diversas classes de suprimentos, em apoio a várias Organizações Militares, sediadas em Minas gerais.

5.5.2. Para garantir a capacidade de armazenamento frigorificados e suprimento de todas as unidades da 4ª RM, esta OM conta com 10(dez) câmaras frigoríficas e 03 viaturas baú frigorificadas. Especificação da garantia do serviço ( art. 40, §1o, inciso III, da Lei no 14.133, de 2021 )

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.7. A CONTRATADA, junto com a CONTRATANTE, emitirá um Relatório de Vistoria Inicial das instalações e equipamentos cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, após começar os serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da data da assinatura do contrato , devendo ser entregue em modo impresso e em mídia digital, contendo a relação dos componentes dos sistemas frigoríficos, localização, nome do fabricante, modelo, tipo, capacidade, tensão corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos.

5.8 Os serviços serão realizados sob comando e responsabilidade da CONTRATADA , em horário normal de expediente, ou outros horários conforme a necessidade do 4º DSup.



5.9. Os serviços de manutenção preventiva têm por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executados em duas etapas:

5.9.1. Inspeção: Verificação de determinados pontos dos equipamentos: seguirá o programa (plano) e a rotina de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos e especificação da Contratante;

5.9.2 Revisão: Verificações programadas (parciais ou totais) das instalações/equipamentos, para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

5.10. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços de manutenções preventivas constantes das especificações técnicas, bastando comunicar a CONTRATADA por escrito, que terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários;

5.11. Durante a execução a CONTRATADA poderá sugerir modificações nas instalações visando otimização dos sistemas e atualização dos planos de manutenção da CONTRATANTE;

5.12. A manutenção dos equipamentos, inclusive os quadros elétricos e painéis de controle, somente poderá ser realizada mediante agendamento prévio com o responsável do setor, e todos os equipamentos devem ser mantidos constantemente em perfeita conformidade de acordo com o processo de operação dos mesmos.

5.13. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção Operação e Controle PMOC , prevendo as atividades e periodicidade, podendo ser feito em conjunto com o Chefe do Depósito de Classe I. Após assinatura do contrato, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para, em conjunto com a CONTRATANTE para elaborar o plano;

## 5.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.2.2 OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (sempre que o aparelho exigir) deverão ser realizados na medida da necessidade, motivados pelas panes; A manutenção corretiva consiste no reparo imediato, pela CONTRATADA, de possíveis falhas apresentadas durante o funcionamento dos equipamentos listados no item 1 do presente Termo, visando restabelecer suas funções.

5.2.3 Os serviços de manutenção corretiva, quando necessários, serão solicitados pela CONTRATANTE e deverão ser precedidos de um orçamento prévio que deverá ser preparado pela CONTRATADA, de forma detalhada, abrangendo a (s) marca (s)/modelo (s) e número do (s) código (s) patrimonial (is) do (s) equipamento (s) a ser (em) consertado (s), e deverá constar nome da (s) peça (s), quantidade (s), marca (s), referência (s), modelo (s) etc, a ser (em) substituída (s);

5.2.4 Quando da solicitação de orçamento prévio, a CONTRATANTE determinará o prazo máximo para apresentação do mesmo, que não poderá exceder 48 (quarenta e oito) horas;

5.2.5 A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir revisão, comprometendo se a CONTRATADA a executar e fornecer o que for aprovado;

5.2.6 As peças, compressores e filtros, quando substituídos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, após o conserto dos equipamentos;

5.3. Os prazos poderão ser alterados , sempre que s e verificar qualquer dos fatos abaixo:

5.3.1 Falta de elementos técnicos para o início ou prosseguimento dos serviços quando seu fornecimento depender do 4º D Sup;

5.3.2 Ordem escrita do 4º D Sup para paralisar, diminuir ou acelerar o ritmo dos serviços;

5.3.3 Alteração do objeto para sua melhor adequação técnica, com o consequente realinhamento da execução dos serviços;

5.4. Somente serão admitidos pedidos de prorrogação de prazo de atendimento e resolução , devidamente justificados e encaminhados até 1 (um) dia antes do término do prazo inicial;

5.5. Caso a substituição de peças, acessórios, materiais, componentes e insumos, quando orçado, perfazer um valor superior ao valor mensal do contrato, sempre ficará condicionada à aprovação prévia de orçamento por parte da CONTRATANTE;

5.6 Na ocasião da substituição de peças, acessórios, materiais, componentes e insumos de reposição não será cobrada qualquer mão de obra extra.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput ).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato e deverá elaborar ata de, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição registro de visita técnica do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal

técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.33.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### 7.2.4. Multa:

(1) 0,1% ate 0,2% por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência de 15 dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer NÃO ACEITAÇÃO DO OBJETO, DE FORMA A configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida. sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% ate 10% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% até 15% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre valor mensal do contrato;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e

contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3.1. verificação minuciosa do quantitativo e qualidade do serviço executado em relação ao que foi solicitado pela Contratante através da Nota de Empenho e Ordem de Execução do Serviço;

8.3.2. A celeridade da Contratada em atender a demanda da Contratante;

8.3.3. A observância da utilização de materiais que atendam às normas ambientais elencadas neste Termo;

8.3.4. O emprego de mão de obra qualificada conforme os diversos tipos de serviços a serem executados; e

8.3.5. O zelo pela limpeza do ambiente durante as obras, no que for possível, e a entrega do local de realização dos serviços perfeitamente limpo e em condições de uso;

### **Instrumento de medição de pagamento**

8.2. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto pela Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, é o mecanismo que define em bases tangíveis e objetivamente mensuráveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

8.3. O IMR tem por objetivo parametrizar a avaliação da prestação dos serviços contratados de forma a garantir à CONTRATANTE uma prestação compatível com a qualidade e eficiência que devem direcionar a atuação da Administração Pública;

8.4. Os parâmetros estabelecidos refletem fatores que estão sob controle da CONTRATANTE no acompanhamento da

- execução do contrato, objetivamente mensuráveis e relevantes para a boa prestação dos serviços;
- 8.5. A fiscalização do contrato acompanhará sua execução por intermédio desses parâmetros, podendo utilizar instrumentos como: planilhas, tabelas de controle ou outro meio que atinja sua finalidade;
- 8.6. A fiscalização remeterá à contratada o resultado da avaliação dos serviços, somente em caso de penalidade, em até 5 (cinco) dias úteis após a sua prestação, para que emita a Nota Fiscal ou Fatura.
- 8.8. Para execução dos contratos, derivados do Termo de Referência, serão estabelecidos os seguintes fatores e parâmetros para Medição do Resultado:

Fatores e Parâmetros para Medição do Resultado	
Parâmetros	a. Atendimento dos prazos pactuados; b. Aderência às especificações dos produtos/serviços prestados; c. Qualidade dos serviços prestados
Periodicidade	Mensal
Sanções	a. Caso algum item obtenha IMR = 0,5 = Advertência formal b. Caso algum item obtenha IMR < 0,5 = Multa de 0,3% do valor do contrato c. Caso algum item obtenha IMR = 0 = Multa de 10% do valor do contrato

8.8. Os fatores de medição serão renumerados com base nos preços pactuados, ponderados conforme equação abaixo, considerando os fatores estabelecidos no item 5.

**$VT = Vu \times (Mp + Mq + Me) \times Q$**

Onde:

- VT é o valor total do item em análise;
- Vu é o valor unitário do item;
- Mp (menção de prazo) é a fração do índice do IMR referente ao cumprimento dos prazos;
- Mq (menção de qualidade) é a fração do índice do IMR referente à qualidade/satisfação pelos serviços prestados;
- Me (menção de especificação) é a fração do índice do IMR referente à aderência e conformidade às especificações;
- Q é a quantidade do item que está sob análise;

8.8.1. Nas situações em que puderem ser utilizadas todas as menções (Mp, Mq e Me), a ponderação do pagamento se dará na forma descrita na Tabela a seguir:

Menção	Pontuação Máxima
Prazo	0,4
Qualidade	0,2
Especificação	0,4

8.8.2. A Menção Prazo (Mp) será apurada por meio de atendimento aos prazos de início e conclusão da prestação dos serviços, conforme solicitados pela CONTRATANTE na Ordem de Serviço, de forma a se apurar se houve atrasos ou não conclusão dos serviços.

Condição	Ocorrência	Menção Prazo
Houve atraso e /ou não conclusão na entrega / fornecimento / execução do serviço?		0,0 %
	Sim e houve impacto no resultado do serviço.	
	Sim, mas não houve impacto no resultado do serviço	0,2 (50%)
	Não houve atraso	0,4(100%)

8.8.3. A Menção de Qualidade (Mq) será apurada por meio de pesquisa de satisfação com o usuário final, por meio de comissões internas constituídas pelo CONTRATANTE ou pelo relatório de Execução de Evento, de forma a se apurar se a prestação dos serviços atendeu às expectativas dos participantes, bem como se o emprego dos materiais e serviços continham desempenho satisfatórios (qualidade), com vistas a garantir a execução do contrato em conformidade com o princípio da eficiência.

Condição	Ocorrência	Menção Prazo
Na análise geral, os serviços e/ou produtos fornecidos possuíam a qualidade esperada?	Não, impactando o resultado	0,0 %
	Não, mas não houve impacto no resultado	0,1 (50%)
	Sim	0,2(100%)

8.8.4. Na Menção Especificação (Me) será apurada se houve execução dos serviços, conforme as especificações constantes no instrumento convocatório.  
Serão Considerados, para fins da composição da Menção Especificação (Me), as ocorrências descritas na tabela abaixo:

Condição	Ocorrência	Menção Prazo
Os serviços/produtos estavam em conformidade com as especificações do instrumento convocatório?		
	Não, impactando o resultado	0,0 %
	Não, mas não houve impacto no resultado	0,2 (50%)

	Sim	0,4(100%)
--	-----	-----------

## Do recebimento

8.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ( Art. 140, I, a , da Lei no 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto no 11.246, de 2022 ).

8.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ( Art. 22, X, Decreto no 11.246, de 2022 ).

8.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto no 11.246, de 2022 )

8.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

8.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



8.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados

pelo Contratado.

8.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

8.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.41. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração[A30] .

8.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

### **Do Reajuste**

8.45. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.46. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.48. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.48. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.49. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.50. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.51. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.53. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO,

9.2 Na modalidade *PREGÃO* sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será continuado.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2]:*

9.4.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital*

### Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. *Ato de autorização para o exercício da atividade de técnico de refrigeração.*

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 5% do valor total estimado da contratação

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A13];

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]

### **Qualificação Técnica[A15] ~~[A16]~~**

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;[A17]

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]

9.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A19]

9.34.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.35. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei [A20].

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **4.264.389,32** (quatro milhões,duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos)

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

*Juiz de Fora-MG, 25 de Maio de 2026*

---

LEONARDO RUBIRA PIRES-1º Ten

12.2 Aprovo o seguinte Termo de Referência:

---

MARCELO DE ALMEIDA FERES VIEIRA- TC

Ordenador de Despesas do 4º D Sup

## 13. ANEXO I

11. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses , prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

11.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

11.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

11.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

11.1.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

11.1.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

11.1.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

11.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

11.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Contratante:

- 12.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 12.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;
- 12.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;
- 12.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 12.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.1.15. Arquivar, entre outros documentos, de projetos,, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 12.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e



utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados e gerar relatório mensal e ordem de serviço com todos os serviços realizados;

13.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A3]

13.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.3. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

Local: 4º Depósito de Suprimento

Endereço: Travessa Dr Prisco, 140, Centro, Juiz de Fora - MG.

13.3.1. O técnico deverá atender aos chamados de assistência emergencial (corretiva) em até 04 (quatro) horas.

13.3.2. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

13.3.3. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

13.3.4. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

13.3.5. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

13.3.6. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

13.3.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.3.8. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

13.3.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

13.3.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.3.11. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

13.3.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.3.13. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

13.3.14. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

13.3.15. Elaborar Relatório de Visita técnica , pelo Engenheiro preposto responsável, a cada visita técnica as informações sobre o andamento dos serviços, tais como, número de funcionários que compareceram, equipamentos substituídos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.3.16. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vícios, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.17. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

15.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEONARDO RUBIRA PIRES**

Agente de contratação